

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO PLANEJAMENTO PARA O GÊNERO E GOVERNO LOCAL

PROMOÇÃO: SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PT
ORGANIZAÇÃO: ILDEFES, IBAM, ELAS E SOF.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Nacional de Mulheres do PT promoveu, em Belo Horizonte, durante três dias - 20, 21 e 22 de junho - o *Seminário para Gênero e Planejamento Local*. O seminário teve como objetivo capacitar mulheres para elaborar, debater e defender políticas públicas dirigidas à população feminina no próximo período eleitoral e na constituição do governo e detalhamento dos planos de ação.

Participaram do Seminário 68 mulheres de diversos partidos políticos de esquerda (PT, PC do B, PPS e PDT), de diferentes municípios de 12 estados, integrantes de administrações municipais, candidatas e participantes de ONGs, militantes de sindicatos e partidos políticos do campo democrático-popular. Vale destacar que, entre as participantes, estavam 3 prefeitas, 3 vice-prefeitas, 3 deputadas federais e 15 candidatas à cargos majoritários e proporcionais.

No primeiro dia do seminário foram abordados dois temas: *Direitos das Mulheres e Governo Municipal: a Cidadania Praticada e Planejando Ações para Garantir Políticas de Gênero*. Da primeira, mesa participaram a vereadora Aldaíza Sposati, a socióloga Celina Albano e Tatau Godinho como coordenadora, que elencaram os vários aspectos da construção da cidadania sob o ponto de vista de gênero. Na mesa seguinte, Ivete Garcia e Graça Neves, com a coordenação de Glaucia Matos, trataram da importância do planejamento de gênero e da intervenção nas propostas de programas de governo para garantir a implementação eficaz de políticas públicas dirigidas à população feminina.

A terceira mesa - *Alternando o Cotidiano das Mulheres: Trabalho, Saúde e Educação Infantil* - contou com a exposição de Magda Neves, Esther Grossi, Lívia Vieira e Sara Sorrentino e teve a coordenação de Dirlene Marques, que sistematizaram ações de algumas administrações nas áreas referidas. Este painel teve ainda o objetivo de subsidiar o trabalho dos grupos.

Sob a coordenação de moderadores, que usaram a metodologia de planejamento estratégico sob a coordenação do ILDEFES, as participantes se reuniram em grupo e aprofundaram diretrizes de programa de governo nas áreas de saúde, trabalho, violência e educação, apresentadas no *PT Mulher Informa* de fevereiro deste ano e reeditado em junho.

A prática legislativa foi o tema da quarta mesa - *Atuando no Legislativo Municipal*. As vereadoras Marina Sant'Anna e Raimunda Almeida (Rai) e a Deputada Federal Ana Júlia, com a coordenação de Ângela Borba, deram seus depoimentos do trabalho parlamentar, mostrando as dificuldades e a importância da atuação parlamentar.

O encerramento do seminário se deu com a apresentação da experiência desenvolvida na prefeitura petista de Belo Horizonte, através do *Programa Cidadania das Mulheres*.

O presente relatório apresenta o resumo das duas primeiras mesas e a íntegra do relatório dos grupos. A terceira mesa, corresponde aos textos das expositoras que estão na apostila. A mesa que tratou da atuação parlamentar não foi gravada por motivos técnicos. Com isto perdemos a intervenção da Rai e da Ana Júlia. As falas de Marina Sant'Anna e Ângela Borba estão na apostila distribuída às participantes do Seminário. O conteúdo geral dos debates que muito enriqueceram nossa reflexão, se encontram expressos no resumo dos grupos de trabalho.

Mesa I:
Direito das Mulheres e Governo Municipal: A Cidadania Praticada!
Composição da Mesa:
Aldaíza Sposati
Celina Albano
Tatau Godinho

*Expositora: Aldaíza Sposati*¹

Em geral, quando discutimos planejamento e propostas de governo nos preocupamos apenas com o Executivo. Como conheço os dois lados da moeda, o Executivo e agora o Parlamento, proponho que a dimensão do Parlamento seja sempre incluída em nossa reflexão. Não podemos pensar em gênero e a cidade, apenas do ponto de vista do Executivo: temos que discutir também o Parlamento.

Uma segunda grande questão é saber quais políticas públicas dirigidas à população feminina devemos construir. Sinto que, em grande parte, para além do apoio a algumas situações da vida da mulher (por exemplo a questão da violência), o que temos mais desenvolvido são ações na área da saúde. A questão urbana, a qualidade de vida pensada na relação com o cotidiano, não está bem trabalhada entre nós, nossas metas não estão tão claras.

Em terceiro lugar, queria fazer uma outra observação de ordem geral: o planejamento é importante. É importante termos propostas para defender. Mas, cada vez mais fica muito claro para os movimentos (não estou aqui tratando só da questão de gênero, até porque a mulher está presente em vários movimentos sociais) que, se nós não geramos instrumentos concretos de execução, nossas propostas caem no vazio. Atualmente tenho trabalhado bastante com a questão da criança e do adolescente e fica muito claro que as metas que temos trabalhado e desenvolvido, como “nenhuma criança fora da escola, nenhuma criança na rua”, ficam esvaziadas se não se garantir o fundamental: recursos para a criança no orçamento e lutar para que o orçamento aprovado seja de fato aplicado. Temos que caminhar para afinar alguns instrumentos de vigilância e penalização do não cumprimento do proposto. A travessia que estamos fazendo da retórica para o concreto, da transformação em fatos, é essencial neste momento de políticas neoliberais.

O planejamento e planos de governo são considerados por muitos uma perfumaria pura retórica. Esta mentalidade ainda que estreita, revela, entretanto, que não basta a palavra, não basta o que está exposto no plano das idéias se a gente não tiver instrumentos concretos para afiançar a aplicação do plano. Ao nosso esforço de inserir a questão de gênero nos planejamentos dos novos governos municipais, devemos agregar o esforço de garantir instrumentos para a concretização das nossas propostas.

Direito e realidade

Estive em Istambul durante o Habitat II e avalio que tivemos uma vitória: a discussão da questão da mulher e da habitação e a possibilidade mundial desta questão estar colocada, ou seja, afirmar que a mulher também pode ter crédito ou empréstimo para a construção da moradia. Colocar esta questão na Conferência, principalmente com as resistências dos países muçulmanos, foi muito importante na luta da mulher pelo direito à habitação. Estes avanços, entretanto, continuam no campo da retórica. A grande discussão era se os países permitiam ou não que se colocasse o direito à habitação como um direito universal. Ora, nós estamos no final do milênio e ainda temos que dizer que as mulheres têm que ter direito à moradia. É terrível. Há tal rebaixamento do ser humano que ainda se torna necessário defender esta tese.

Mas, há outra questão que nos debates ficou muito clara: em nosso país, infelizmente, ter algum direito escrito não significa absolutamente compromisso com sua concretização. Não há compromisso em implantar os direitos constitucionais conquistados em 88, como por exemplo saúde a todos. Nós vivemos um certo cinismo das palavras. Entre a palavra e a concretização vai um intervalo violento. Sequer o diálogo em torno dos direitos garantidos por lei se consegue abrir com o Executivo, que dirá a concretização destes direitos, quanto mais os direitos de gênero.

Em alguns países do Primeiro Mundo, se um direito está escrito e inscrito, ele se transforma imediatamente num direito positivado. Ou seja, se está escrito direito à moradia e algum cidadão não a tem, pode reclamar, exigir e se não obtiver resultado, move ação judicial. Aqui a realidade é outra: não adianta dizer “saúde para todos”, enquanto a unidade básica de saúde não está funcionando e não se tem mecanismos para garantir o seu funcionamento. O espaço público é depredado e nada se faz. As palavras têm um peso muito pequeno para nós. Mas, por outro lado, se não temos esta perspectiva da palavra, perdemos a força de uma bandeira consensual para lutar. Por que o Brasil e os nossos movimentos sociais lutaram para ter inscrito o direito à moradia na Habitat II? Porque, mesmo sabendo que nós não vamos conseguir que o governo federal, os governos estaduais e os municipais dêem conta deste direito, defendemos a inclusão da proposta. Só isso já seria um grande motivo, pois ficamos com a possibilidade de vigilância e de apoio internacional, para a concretização desse direito. Continuamos em luta pela sua implementação no Executivo e no Legislativo, já que o nosso Judiciário não o legitima e não o exige.

A grande questão quando discutimos cidadania é saber como se modifica a cultura elitista existente nas nossas cidades, que não reconhece todos os brasileiros e brasileiras como cidadãos: faz-se uma hierarquia, associando cidadania àqueles que estão inseridos no mercado. As políticas públicas, as políticas sociais são serviços, projetos dirigidos àqueles que não têm, aos mais pobres. Com o desmanche do Estado promovido pelas

¹ Vereadora do PT na Cidade de São Paulo e professora titular da pós-graduação da PUC/SP.

políticas neoliberais, esta situação se agravou. Muitas administrações têm uma concepção de que essas ações podem ser desenvolvidas precariamente. Não há responsabilidade com o resultado das ações porque são vistas como ajuda, benemerência. Por outro lado, nós temos associado muito a discussão da cidadania à elaboração e implementação de políticas sociais e temos relacionados muito pouco a questão da cidadania ao exercício da democracia.

Cidadania e exclusão social

Em São Paulo, nós construímos, recentemente, *o mapa da exclusão social e da inclusão* da cidade, que foi uma tentativa de medir as discrepâncias da qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia e equidade em relação à cidade. Algumas considerações sobre este trabalho são importantes para ilustrar a nossa reflexão sobre cidadania.

Em primeiro lugar, quando se quer analisar equidade em uma cidade, carecemos de dados: o único dado censitário que conseguimos para estudar a distribuição da equidade em todos os bairros da cidade foi a quantidade de mulheres chefes de família e, destas, quantas são analfabetas. Conseguimos estudar o grau de concentração no território da cidade da feminilização da pobreza e, conseqüentemente, do risco social maior da mortalidade na infância: um estudo da UNICEF demonstrou que as crianças que vivem em casa sem saneamento básico, cujos chefes de família são analfabetos e cujos chefes de família são mulheres analfabetas, correm maior risco de mortalidade pela precariedade das condições de reprodução social. Temos que lutar para que a dimensão do feminino seja mais trabalhada em várias formas de pesquisa, de coleta de dados, principalmente censitários, se pretendermos ir além da palavra, para a demonstração de fatos.

Detectamos também que, discutir cidadania, é estabelecer padrões básicos através dos quais se possa distinguir os graus de discrepância, de exclusão e de inclusão. Estamos chegando a um grau de perversidade tal que não basta que existam políticas sociais e o funcionamento com qualidade de serviços, o que já é difícil. É necessário também garantir que todos sejam alcançados por estes serviços. Precisamos, portanto, deixar muito claro o que é o mínimo de cidadania; estamos destituídos desta informação. Quando um Presidente da República vem a público e diz que o salário mínimo é de R\$ 112,00 nos fica a seguinte pergunta: o que se faz com este salário, ele é mínimo em relação a que, o que seria mínimo no ponto de vista salarial? O que se considera incluído e excluído do ponto de vista salarial? Em debate sobre a criança e o adolescente, ocorrido recentemente, analisamos que não se pode falar de mínimo de cidadania quando o salário família é de R\$ 6,66 por criança se o cidadão(ã) ganha até dois salários ou R\$ 0,93 se ganha acima de dois salários. Para além de algumas palavras de ordem e algumas reivindicações, temos que passar para a exigência da definição do que é o mínimo para se poder viver com dignidade.

Não é possível conviver com um planejamento ou uma proposta voltada para a cidadania que não tenha como meta erradicar o analfabetismo, erradicar a mortalidade na infância. Não é suficiente a bandeira "*nenhuma criança na rua*", porque a questão do analfabetismo fica ocultada e é muito séria. Temos que lidar ainda com um problema grave: muitas companheiras nossas da área da educação, centram a discussão na educação para a faixa etária de 7 à 14 anos, o que é necessário, mas não é suficiente. Não se trata de deixar de trabalhar o primeiro ciclo para a criança, mas não podemos continuar convivendo com o analfabetismo de adultos, quando nós sabemos que este é um dos fatores, principalmente no caso da mulher, do empobrecimento e da mortalidade infantil.

É bom lembrar, também, que um dos segmentos que mais concentram o sexo feminino é a terceira idade. Portanto, não podemos esquecer de implementar programas para esta faixa etária: não podemos ser coniventes com uma injustiça do sistema capitalista que pensa na mulher só enquanto é força ativa para a produção e reprodução.

Enraizar uma nova visão

Precisamos concretizar melhor nossas propostas. Não basta construir propostas para um governo do PT e implementá-las se não lutarmos também para que elas fiquem impregnadas na sociedade. A experiência da administração da Erundina em São Paulo nos marcou profundamente. Várias políticas sociais foram desenvolvidas e/ou aprimoradas; o mesmo ocorreu em relação aos transportes. Quando saiu a Erundina, Maluf entrou e destruiu ou reduziu estas políticas, não houve um grito de indignação da sociedade. Isso demonstra que a visão incorporada ainda é a de que estas melhorias e serviços eram mera concessão de um governo "bonzinho". Ou pior, se reproduzia o discurso eleitoral de que a administração só se dedicou às políticas sociais na periferia, ao invés de realizar grandes obras que gerariam empregos, não percebendo que estas grandes obras são túneis para os carros importados e/ou de propriedade privada, não qualificam o coletivo e são geradores de exclusão.

É essencial para que a sociedade incorpore padrões básicos de cidadania, de uma solidariedade de cidadania, não uma solidariedade de benemerência despertando em cada um que conviver coletivamente com a indignidade é uma indignidade em si mesmo. É um desrespeito a si próprio viver um rebaixamento da dignidade do outro. Este é um princípio da cultura socialista que nós devemos trabalhar muito para que seja incorporado por todos, sob pena de ficarmos apenas no discurso de cidadania e democracia de forma abstrata.

O mapa da exclusão também demonstrou que não dá mais para trabalhar a dimensão da homogeneidade entre as cidades, sem levar em conta a heterogeneidade de quantidade. Por exemplo, um único distrito da cidade de São Paulo - Sapobemba, que têm 257 mil habitantes - é do tamanho da cidade de Vitória, no Espírito Santo. Este distrito não tem prefeitura, nem representantes formais como, por exemplo, vereadores. Assim, o cidadão brasileiro de Sapobemba tem muito menos chance de expressar as suas necessidades do que o cidadão de Vitória.

Não é mais possível falar em centralização na gestão da cidade, mesmo que se esteja trabalhando sob a ótica de política social. Como entendemos que avançar nos direitos de cidadania é espriar a dignidade, é criar fóruns, espaços, arenas de negociação e de solidariedade cidadã, temos que multiplicar espaços de gestão.

O mapa da exclusão mostra um outro dado importante: investir em projetos pilotos pode ser um equívoco. Caso o trabalho não leve em conta a relação entre a ação e a demanda, podemos estar gerando uma desigualdade. Trabalhar a cidadania não pode estar desvinculado da noção de demanda e de totalidade.

Em resumo, temos que construir nossas propostas, os instrumentos para garantir sua implementação, não esquecendo a concepção de totalidade e levando em conta o mapa das necessidades em fatos e números.

Por fim, quero me valer de um texto que trata das críticas feministas sobre o bem estar social, inclusive colocando a discussão do pensamento liberal, neoliberal e marxista sobre o bem estar social e as políticas sociais. Lendo este texto, pude perceber que muitas reivindicações das mulheres ainda estão no patamar da política liberal, isto não quer dizer que nós sejamos liberais. Estamos tão aquém da igualdade de oportunidades e do reconhecimento da heterogeneidade, que nossas demandas ainda estão neste patamar.

2. EXPOSITORA: CELINA ALBANO²

Nas duas últimas décadas, o processo de redemocratização do país trouxe para o debate o tema da cidadania, visto não apenas como acesso à direitos, mas também como a capacidade dos indivíduos de participar na organização do Estado e da Sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas voltadas para o bem estar de todos.

Mas, nós sabemos que o acúmulo de obstáculos de ordem econômica política, social e cultural, resultantes de um modelo de desenvolvimento que sempre privilegiou os interesses das classes dominantes, fazem com que este ideal de cidadania ainda não se expresse nas práticas sociais e políticas. Na verdade, é muito difícil falar em cidadania entendida como acesso a bens sociais, tais como educação, saúde, moradia, trabalho, quando sabemos que um contingente significativo da população brasileira encontra-se em uma situação de extrema pobreza. Falar em cidadania em um país que divide sua população em cidadãos de primeira, segunda, terceira ou mesmo nenhuma classe.

Como cidadania implica na idéia de igualdade, mesmo que seja jurídica, isto a faz perigosa para as elites que para manterem seus privilégios dependem do reconhecimento explícito da hierarquia entre superiores e inferiores.

Neste contexto de desigualdade social, a grande questão que se coloca é de como ampliar a abrangência da cidadania. Em primeiro lugar, como salienta Maria Vitória Benevides é necessário explicitar de que noção de cidadania se está falando: não estamos falando de direitos que passam a ser entendidos como concessões, ou seja, que não são concedidos como prestações legítimas para cidadãos livres e iguais perante as leis, mas como benesses para protegidos e tutelados. Isso leva ao que a autora denomina de cidadania passiva, e, por ter um caráter excludente, faz com que as reformas sociais que visem a cidadania verdadeiramente democrática não tenham sido colocadas em prática no país. Por isso não assistimos ainda mudanças substanciais no que diz respeito ao acesso à justiça, à distribuição de renda, à estrutura agrária, previdência social, saúde, habitação, etc... É uma cidadania desequilibrada e excludente porque os direitos são entendidos como privilégios.

A cidadania ativa exige instituições, mediações, negociações, e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais associações de classe, conselhos escolares, orçamento participativo etc...) e, na definição de instituições permanentes para expressão política como partidos, legislação e órgãos do poder público.

A cidadania passiva, outorgada pelo Estado e que tutela os beneficiários se contrapõe a cidadania ativa, que institui o cidadão como portador de direitos e deveres e que lhe dá condições para abrir novos espaços de participação política e exigir implementação de verdadeiras políticas sociais. É importante lembrar que uma política social somente possui significado quando é parte de uma visão de mundo na qual, não apenas os indivíduos tenham direitos, mas também oportunidades. E oportunidades são, na verdade, como assinala Barrington Moore, direitos demandados. São uma forma de ação coletiva em busca de uma finalidade acesso à educação, à salário igual por trabalho igual etc...

Em uma sociedade tão marcada pelos desequilíbrios e desigualdades como implantar e fazer funcionar formas avançadas de democracia participativa? Na medida em que a participação popular é componente fundamental para alcançar a verdadeira cidadania ativa, sua base se dá a partir de um processo de educação que implica na abertura de canais para que a população se informe, tenha consciência de seu papel político e dos seus deveres.

É fundamental que suas aspirações e necessidades sejam contempladas nas ações e programas de governo. Disso decorre uma outra condição para garantir o avanço do processo participativo, a discussão sobre o papel dos meios de comunicação de massa, como veículos a serviço do pluralismo de valores.

Através da educação política, as pessoas se transformam em novos sujeitos políticos e se distanciam de comportamentos e atitudes pautadas na apatia. A apatia é perigosa porque promove a resignação e congela os atores e os sistemas sociais, imobilizando aquilo que lhes dá dinamismo, ou seja, a capacidade de sonhar, e, assim, agir. Como salienta Hannah Arendt, sem *vita activa* (sinônimo de política) a busca de um novo começo não se realiza. As razões perigosas da apatia são fáceis de verificar: inviabilizam os processos de criação de demandas e, assim, o de expansão de direitos e oportunidades.

Esse patrimônio social que é a participação desenvolve, tanto a possibilidade de confiança mútua entre seus membros, quanto a crença na legitimidade do bem estar alheio. Ela faz com que os indivíduos, os invés de buscar caronas particulares, se reúnam realizem um pacto e dêem forma a uma ação coletiva e democrática.

Mas para se atingir esta forma de participação é fundamental a modernização do Estado. Esta, no entanto, não deve centrar-se unicamente na redução do aparato burocrático estatal, mas na recriação de um estado mais eficiente que garanta a equidade, a estabilidade do sistema democrático participativo e que tenha coerência e sustentabilidade na implementação de suas políticas. No desenho deste novo Estado é essencial a existência de um setor público mais descentralizado, despido da cultura de autoridade tão comum entre a burocracia e a coletividade e estabelecendo uma relação, mais horizontal com seus usuários. Um Estado mais próximos dos indivíduos, que se apresente mais transparente e dotado de competência suficiente para servir mais adequadamente a cidadania. Mas, para que se efetive esta nova forma de relacionamento entre governo e sociedade civil é fundamental o fortalecimento das administrações municipais, através de um processo efetivo de descentralização, isto é, de partilha de poder de transferência de responsabilidades, até então concentradas no nível estadual ou federal.

² Doutora em sociologia pela Universidade de Manchester e integrante do Conselho Estadual de Mulheres de Minas Gerais.

O município, por estar mais próximo do cotidiano da população, oferece melhores condições para consolidação das práticas democráticas. É no município que o cidadão visualiza com mais nitidez a presença do poder, público porque convergem para essa instância os assuntos de seu interesse imediato. O fortalecimento das instituições municipais faz com que, de um lado, homens e mulheres exijam diretamente o atendimento de suas necessidades e, de outro, que governo local cobre dos cidadãos a prática de suas responsabilidades civis. Mas, para que isto efetivamente ocorra é necessário que as administrações municipais deixem de ser meras repassadoras de ações e de programas de outros níveis governamentais, muitas vezes desvinculadas de suas reais necessidades e aspirações. Em outras palavras, ao município tem que ser dado poder de decisão na utilização das verbas, financiamentos, enfim autonomia de voto.

Para o estabelecimento de uma real democracia participativa é necessário que as autoridades locais levem em consideração as demandas e expectativas diferenciadas por parte de homens e mulheres. No caso específico das mulheres, compete às prefeituras realizar programas destinados à população feminina e estabelecer diretrizes especiais para que as políticas de caráter geral resultem em formas diferenciadas de atendimento.

A multiplicidade de papéis e funções que a mulher desempenha na nossa sociedade aumenta consideravelmente sua carga de trabalho e de responsabilidade, fragmentando seu tempo e suas atividades. Não podemos esquecer que a grande maioria dos serviços prestados pela municipalidade geram impactos significativos no cotidiano das mulheres, especialmente no que diz respeito à dupla jornada de trabalho: água encanada, rua asfaltada, coleta de lixo, posto de saúde, acesso à educação, transporte público eficiente segurança e acesso à moradia são serviços e equipamentos de consumo coletivo fundamentais para garantir uma melhor qualidade de vida e diminuir as responsabilidades das mulheres, principalmente daquelas pertencentes às camadas de renda mais baixa.

Como salienta Carmen Barroso, não é por decreto e nem por um conjunto de medidas administrativas que vamos nos livrar, de uma hora para outra, da pesada herança de opressão e preconceito que permeia nossas instituições e nossas relações cotidianas. Mas é necessário ter clareza sobre o alvo de nossas aspirações para determinar se ações possíveis aqui e agora encaminhem mudanças na direção desejada.

Para se ter uma certa garantia de que determinadas ações e programas vão ter um efeito positivo sobre uma determinada comunidade é necessário o pronunciamento de seus participantes.

Sem ele não se sabe, como assinala Habermas se: as demandas são compreensíveis, se os conteúdos propositivos das demandas são verdadeiros, se as demandas são apropriadas, se as pessoas ou seus porta vozes são sinceros. Os mecanismos conhecidos desses pronunciamentos são a representação política para as grandes questões e a participação relacionadas com ações e programas de desenvolvimento e incremento da qualidade de vida. Esses mecanismos não são excludentes, mas podem ser complementares. Em ambos a mulher tem que ter espaço para sua voz e para o seu voto. Não apenas na reivindicação de seus direitos mas também no exercício de seus deveres de cidadã ativa.

Mesa II

Planejando Ações para Garantir Políticas de Gênero

Composição da Mesa:

Maria das Graças Ribeiro das Neves

Ivete Garcia

Luciene da Silva Lacerda

Expositora: Graças Neves³

Graça se propôs a discutir as seguintes questões:

- O município na Federação Brasileira;
- Crise na democracia representativa;
- Gênero e município;
- Como as mulheres são vistas pela administração municipal;
- Planejamento para o gênero.

A Constituição de 1988 valorizou o Município ao considerá-lo, explicitamente, como integrante da Federação, eliminando quaisquer dúvidas anteriormente existentes quanto à prevalência de uma esfera de governo sobre outra; o que há é distribuição de competências entre as esferas de governo. Antes mesmo daquele ano, entretanto, o Município já possuía autonomia política (capacidade de eleger seus governantes), administrativa (capacidade de organizar o governo local) e financeira (capacidade de lançar e cobrar os tributos de sua competência, aplicando o resultado de sua cobrança). Também é a partir da Constituição de 1988 que cada município passa a ter, obrigatoriamente, uma Lei Orgânica, isto é, uma espécie de constituição municipal. O Plano Diretor é uma conquista da população, também a partir da vigência da atual Constituição: para os municípios com mais de 20 000 habitantes é obrigatório; para os de menor porte é facultativo. Em ambos os casos deve ser elaborado com a participação popular. É fundamental que as candidatas conheçam a legislação municipal (que não se esgota com as duas já citadas) para que possam trabalhar pelo seu cumprimento e aperfeiçoamento.

É importante saber também quais são os serviços tradicionalmente sob a incumbência do município: coleta de lixo, limpeza pública, matadouros, feiras, mercados, cemitério, serviços funerários, iluminação pública, construção e pavimentação de vias e logradouros públicos, transportes coletivos urbanos e fomento econômico. Estas são as atribuições exclusivamente municipais. Por outro lado, tem se falado muito na questão da descentralização e, sobre ela vale a pena fazer alguns comentários.

A descentralização foi o princípio que norteou mudanças constitucionais importantes, possibilitando a redistribuição de atribuições entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal). O município passou a assumir parcela maior de responsabilidades em relação aos serviços prestados pelo poder público em alguns setores: saúde e assistência social são, neste caso, exemplares. Mas a habitação e o saneamento também são, em larga escala, prestados pelos governos municipais, num vácuo deixado pela ausência de uma clara política urbana; quanto à educação as responsabilidades municipais são anteriores à Constituição de 1988.

No caso da saúde e da assistência social é interessante apontar algumas das estratégias de descentralização adotadas. A criação de Conselhos, nessas áreas, teve, como um de seus objetivos, fortalecer o controle social sobre os setores. Estes Conselhos, assim como o de educação, têm que existir obrigatoriamente: esta foi a forma encontrada pelos legisladores para que se criasse a possibilidade de estabelecimento de novas formas de participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas, no acompanhamento de sua implementação e do uso dos recursos públicos. Seguindo o princípio da descentralização, atribuições foram repassadas aos governos municipais, exigindo-se, porém, a criação dos Conselhos para assessorar e exercer vigilância sobre a atuação do governo local, inclusive no que diz respeito aos recursos dos Fundos específicos de cada setor.

Há, entretanto, outros Conselhos que foram criados, nos diferentes níveis de governo, em virtude de demandas dos movimentos sociais e da sociedade civil como, por exemplo, os Conselhos dos Direitos ou da Condição da Mulher. Nestes casos não se trata de uma estratégia de descentralização e, como tal, a vigilância que os Conselhos podem exercer sobre as ações do governo municipal é mais tênue, não lhes cabendo controlar, ainda que indiretamente, o repasse de recursos de uma instância de governo para outra e a prestação, setorial, de serviços à população.

Atualmente, há muita discussão em relação ao papel dos Conselhos, principalmente daqueles cuja existência é obrigatória. Questiona-se, por exemplo, se a existência de tais Conselhos pode banalizar a participação da sociedade civil nas políticas públicas, uma vez que a composição dos Conselhos pode torná-los mais ou menos representativos dos diferentes interesses existentes na sociedade. As políticas públicas ali examinadas e recomendadas podem refletir o resultado de um democrático debate entre os integrantes do Conselho ou as linhas de ação definidas pelos governantes, prejudicando a intenção de controle e participação popular nos governos.

Ao discutir formas de participação popular, deve-se chamar atenção também para o **orçamento participativo**, que não é um mecanismo governamental obrigatório. Sua utilização é uma escolha, fruto de uma visão política: é um instrumento muito importante de participação popular. Ressalte-se, entretanto, que a

participação popular pode interferir exclusivamente na parte de investimentos (reformas e construção de prédios, por exemplo) do orçamento. A parte de custeio (pagamento de pessoal, despesas de manutenção - giz, esparadrapo, etc.) não pode, por força de lei, ser objeto da intervenção da população. Há que se estar muito atento porque a parte de investimentos têm repercussão direta sobre a parte de custeio: por exemplo, construir uma creche pode ser mais barato do que mantê-la funcionando com pessoal habilitado e com a infra-estrutura adequada.

Todas as atribuições municipais já citadas estão muito relacionadas ao cotidiano dos cidadãos. E, se analisarmos a realidade e a divisão sexual do trabalho com atenção, perceberemos que as mulheres são responsáveis por parte significativa das tarefas que se constituem em responsabilidades do governo municipal. Portanto, os serviços que o município presta interferem diretamente no cotidiano das mulheres. Conseqüentemente, a inserção das mulheres em posições de poder é fundamental no nível municipal. Além do mais o município é uma escola de política: se olharmos a trajetória dos políticos brasileiros em evidência, veremos que a grande maioria iniciou sua vida política no município. É inquestionável a importância da participação da mulher no governo municipal.

Podemos nos perguntar, por outro lado, como o governo municipal vê as mulheres. Há alguns anos atrás, quando o Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas estava se organizando no IBAM, foi realizada uma pesquisa junto aos municípios brasileiros. Uma das perguntas feitas era *como a autoridade governamental que estava respondendo ao questionário percebia as necessidades das mulheres e se os municípios podiam fazer alguma coisa para atender a estas necessidades*. As respostas reforçaram nossas impressões iniciais.

Três tipos de visão em relação a mulher emergiram da pesquisa:

1. a mulher é vista como um ser da esfera doméstica e o papel da administração é ajudá-la a desenvolver melhor o papel de mãe e esposa;
2. existe uma nova mulher que trabalha fora, conhece os seus direitos e que não tem dificuldade em se relacionar com a sua condição de mulher. O governo municipal, portanto, não tem que se preocupar com políticas específicas para a população feminina;
3. as mulheres se dividem entre o lar e o espaço público. Vivem uma certa dose de conflito para compatibilizar estes papéis. O governo municipal poderia colaborar no sentido de que as mulheres conhecessem melhor seus direitos, ajudá-las a se organizarem e garantir acesso a educação.

A terceira visão é a mais difundida e vale observar que a maioria destas respostas foram encontradas em questionários respondidos por mulheres, que não eram prefeitas e sim funcionárias que receberam do chefe do executivo a delegação para responder à pesquisa.

É interessante notar que as servidoras que trabalham na administração pública têm esta visão do duplo papel e da necessidade que as mulheres têm. E esta é uma vertente que tem sido pouco explorada pelas mulheres que ocupam cargo eletivo: a minha impressão (não tenho dados, nem pesquisas) é que prefeitas, vereadoras e militantes dos partidos políticos não tem conseguido formar alianças com estas técnicas da prefeitura. A grande dificuldade dos municípios que tem conselhos ou assessorias da mulher, na minha avaliação, é exatamente esta: o relacionamento com as equipes técnicas, sensibilizando-as para as políticas de gênero e, assim, potencializando este sentimento que as mulheres funcionárias têm em relação ao seu próprio cotidiano.

A partir destas considerações aqui apresentadas, tenho a impressão de que devemos trabalhar principalmente com a idéia de planejamento. O planejamento foi sendo deixado de lado no Brasil e tem que ser recuperado. Hoje a idéia do orçamento se popularizou, ganhando uma dimensão positiva e resolutiva, a partir da implantação de experiências com o orçamento participativo em vários municípios. Mas, há uns dez ou quinze anos atrás, a idéia do planejamento era muito mais popular e o orçamento era visto como o primo pobre do planejamento. Embora os dois tenham que coexistir, porque todo planejamento em algum momento se transforma em orçamento. O planejamento nada mais é do que o diagnóstico de uma determinada realidade, acrescido das propostas políticas para transformar esta realidade numa dada perspectiva temporal (os famosos longo, médio e curto prazos). O orçamento dá a dimensão financeira da proposta de transformação social escolhida: os recursos disponíveis e sua alocação, a possibilidade de captação de novos recursos, etc.

Um dos grandes problemas que temos de enfrentar para trabalhar a questão de gênero dentro da estrutura do estado é a dificuldade de realizar diagnósticos consistentes que nos permitam formular políticas - ou visões de futuro - e viabilizá-las financeiramente. A existência de poucos dados separados por sexo, que possibilite uma análise das desigualdades entre homens e mulheres é um entrave significativo. Estes dados nos revelariam as diferenças de acesso a bens e serviços entre homens e mulheres e nos permitiriam identificar os campos de políticas públicas nos quais deveríamos atuar e de que maneira. O diagnóstico cria condições para que o planejamento se dê. Não o planejamento usual, mas um planejamento inovador, que contempla diferenças: o planejamento pra o gênero.

Mesmo quando temos dados, temos que analisá-los com cuidado: esta é uma leitura difícil; lembremo-nos de que é um exercício de identificação das desigualdades. O fundamental é a sensibilização para o tema. Não há nenhuma literatura completa sobre o assunto. O conhecimento está disperso e existem algumas metodologias para elaborar diagnósticos de gênero e um grupo de estudiosos que se dedica ao planejamento pra o gênero.

Como regra geral, as candidatas a Vereadora e a Prefeita não vão encontrar nas suas localidades dados para trabalhar sobre as questões de gênero, embora alguns sempre existam. E, onde não existem dados, só nos resta observar a realidade, ali no dia-a-dia, identificando as diferenças para atuar. E, naturalmente, lutando para obter os dados...

Nós, que temos um compromisso com a diminuição das desigualdades de gênero temos que lutar para que haja uma inversão de prioridades, enfatizando-se as questões sociais. Se o desenvolvimento é visto de forma integrada, abre-se um espaço para trabalhar sobre as desigualdades de gênero e raça. Em 1994 o IBAM realizou um concurso para premiar projetos municipais, implantados ainda que parcialmente, sobre a eliminação da violência contra a mulher. Cerca de 80% das Prefeituras inscritas estava sob a administração do PT; o mesmo se deu em relação às experiências levadas pelo Governo Brasileiro para o HÁBITAT II. Em termos de valorização das questões sociais devemos reconhecer a necessidade de estudarmos iniciativas do PT que tem trabalhado, com intensidade e qualidade, nesta direção.

Por fim, vale lembrar que a questão da mulher está em todas as áreas - indústria, comércio, turismo, etc. - não só na saúde, na assistência social e na educação. Temos que conquistar o poder, buscando ocupar os espaços de decisão. Temos que aprender a negociar e mostrar dentro das várias áreas da administração a existência da questão de gênero. Temos que descobrir onde está o poder e brigar para estar lá.

A primeira questão a ser enfrentada quando pensamos em planejamento para o gênero é como trabalhar as propostas de políticas públicas dirigidas às mulheres, já no momento eleitoral, durante a elaboração do programa de governo.

É importante pensar as políticas públicas para a população feminina em sintonia com as diretrizes gerais do programa de governo, em todas as áreas. Em geral, temos bastante clareza do que queremos nas áreas de saúde e violência. Em relação as demais áreas de atuação, temos que pesquisar a realidade e trabalhar junto com os diversos grupos temáticos para descobrir as diferenças de gênero. É fundamental elaborar um diagnóstico e adequar as reivindicações do movimento feminista às realidades municipais.

Caso não trabalhemos desde agora, nossas propostas podem não ser consideradas, quando nos transformarmos em governo. Se houver divergências ou questionamentos a respeito destas propostas, é melhor que o debate e as negociações aconteçam o quanto antes: com o governo eleito, o programa de governo detalhado e o secretariado formado é muito mais difícil enfrentar divergências.

Se há carência de dados para a elaboração de um diagnóstico completo, devemos buscar um diagnóstico qualitativo: só assim podemos justificar a importância das nossas propostas e garantir prioridade na sua implementação.

A atuação no período eleitoral é essencial para garantirmos que nossas propostas saiam do papel, apareçam nos discursos do candidato(as) à prefeito e à vereadores, conquistando o compromisso de todos com a implementação de políticas públicas que atendam às demandas da população feminina.

Como viabilizar estas políticas no governo municipal?

A Secretaria Nacional de Mulheres do PT defende a criação de um organismo executivo, com autonomia administrativa e financeira que encaminhe um efetivo planejamento de gênero. Este organismo pode ser uma secretaria, uma coordenadoria ou uma assessoria. O nome não é o mais importante. O relevante é discutir e incluir no programa de governo o seu caráter: é bom lembrar que ter um organismo com estas características contribui para expor as contradições entre o público e o privado na administração municipal e na sociedade. Portanto, devemos pensar ações que dêem conta desta realidade mutante: por exemplo, para mulheres que levam seus filhos para atividades de esporte, devemos pensar propostas de lazer e/ou educativas nestes mesmos espaços e horários.

A atribuição primeira deste órgão, criado para implantar políticas públicas dirigidas às mulheres, é acompanhar e interferir no planejamento global da administração, construindo interfaces com as diversas secretarias, principalmente com aquelas onde se expressa com maior evidência a realidade feminina: só assim poderemos garantir uma nova leitura do papel de uma administração municipal em relação à população feminina. Neste planejamento, devemos considerar sempre a diversidade existente entre as mulheres: diferentes classes sociais, raça, idade, etc. É fundamental estar presente no planejamento global, mas não podemos prescindir de um planejamento próprio.

É bom lembrar que se fazemos parte do governo *temos que nos sentir poder*: não estamos no governo para reivindicar como se fôssemos movimento social (este tem o seu lugar). Temos que entrar no governo com autoridade, fruto de um acúmulo do movimento das mulheres, das discussões do período eleitoral e de outras experiências exitosas.

Para fazer valer nossas propostas, é fundamental contar com uma equipe técnica: apenas boa vontade militante não garante competência e seriedade na elaboração de um planejamento de gênero.

Nossa atuação deve sempre levar em conta a necessidade de transformação na ideologia machista, arraigada na sociedade e na administração, mas também considerar as demanda imediatas das mulheres, fruto do papel tradicional que a sociedade lhes atribui: ao mesmo tempo em que devemos pensar programas de conscientização que visem uma redefinição da divisão sexual do trabalho, é papel de uma administração popular facilitar o desempenho das tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres.

A população feminina é o segmento que mais utiliza os serviços oferecidos pela cidade. Mas a tendência principal é perceber o espaço urbano como extensão da vida doméstica (reconhecendo como feminina apenas as tarefas de mãe e dona de casa). Pensar a mulher no espaço público como cidadã que tem o direito de ir vir, que tem, por exemplo, o direito ao lazer, é uma novidade que supõe um trabalho de conscientização sobre a igualdade de gênero: para isto é fundamental implementar ações que possibilitem a eliminação do medo/insegurança de lidar com o *espaço público*. O público não pode e não deve ser o lar expandido (açougue, padaria, etc.).

Conciliar ações/políticas que levem em conta esta realidade mutante é uma tarefa árdua, mas essencial: por exemplo, trabalhar a mudança da ideologia vigente de que o cuidado com as crianças é papel exclusivamente feminino, e, ao mesmo tempo propor a implementação de políticas de atendimento às crianças é o nosso objetivo.

Caso o *orçamento participativo* for uma meta da nova administração é importante realizar trabalho de conscientização junto às mulheres para que elas possam defender as propostas de políticas públicas de gênero nos diversos bairros e regiões.

Temos que estabelecer prioridades e ações de impacto: não são raros os casos em que os organismos de mulheres (coordenadorias ou assessorias) desenvolvem importantes trabalhos que têm pouquíssima visibilidade no conjunto da administração. Construir uma *marca* para o nosso trabalho é relevante para ampliar nossos espaços de poder junto ao governo e à população.

³ Socióloga; coordenou a Assessoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Santo André.

Para finalizar, é importante ressaltar que a participação feminina é chave na elaboração do planejamento municipal, já que as mulheres participam das lutas por moradia, água, saneamento, meio ambiente, educação, saúde, etc. É obrigação de uma administração popular criar mecanismos para que as mulheres participem do acompanhamento e fiscalização das políticas para o gênero e se apropriem do espaço público para terem condições de manifestar o que realmente demandam em termos de serviços e ações de governo, naturalmente respeitando a autonomia do movimento das mulheres.

CONSTRUINDO UM PROGRAMA

Grupos de Trabalho para elaborar Diretrizes de Programa de Governo

Esta parte do relatório apresenta o resultado do trabalho desenvolvido na tarde da 6ª. feira, dia 21.06, por todas as participantes do seminário **Planejamento Para o Gênero e Governo Local**.

O objetivo específico desse momento do seminário era o de levantar, junto às participantes, possibilidades, iniciativas, formas de atuação para inserir o ponto de vista de gênero nas diversas políticas municipais.

A plenária, portanto, foi dividida em quatro subgrupos, com um tema comum a todos os subgrupos: **Tema Geral - Como Construir um Ponto de Vista de Gênero na Visão Geral da Política Municipal**. E cada grupo abordaria ainda um tema específico:

Tema 1 - Como pensar políticas dirigidas à saúde integral da mulher;

Tema 2 - Como pensar políticas de trabalho dirigidas às mulheres no âmbito municipal;

Tema 3 - Como pensar políticas municipais de educação infantil;

Tema 4 - Como pensar políticas de prevenção e atendimento à violência que atinjam o conjunto das mulheres e atuem em mudanças de comportamento.

Metodologia

A metodologia utilizada nesse trabalho baseou-se em Técnicas de Moderação de Reuniões, Formulação de Perguntas e Visualização.

Os subgrupos foram acompanhados por moderadoras(es), que apoiados nessas técnicas tiveram o objetivo de:

- ◆ estruturar o processo de discussão
- ◆ facilitar o tratamento do tema
- ◆ fomentar a criatividade
- ◆ estimular e garantir a participação de todas as integrantes do grupo no processo de discussão.

Cada grupo respondeu, a partir de regras pré-estabelecidas, às perguntas formuladas pelas(o) moderadoras(or). Essas respostas foram escritas em cartões de papel de diversas cores (11 cm x 22 cm) e afixadas em painéis para serem discutidas e organizadas. Ao final de cada processo de discussão grupal as decisões coletivas estavam visualizadas

Os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos subgrupos foram apresentados à plenária para apreciação e discussão geral. Cada uma das observações levantadas nesse momento foram anotadas e afixadas nos respectivos painéis.

As páginas que vêm a seguir são, portanto, transcrições desse painéis.

Constituição dos Grupos

Tema 1 - Grupo 1

Participantes: Teresa Sousa, Conceição Sousa, Inês Pandeló, Penha, Rosália, Cida Reis, Sara Sorrentino.
Moderador: Francisco José Ribeiro Alves(Kiko).

Tema 2-Grupo 2

Participantes: Cristina, Mercedes, Graça, Ana Júlia, Francisca, Tatau, Valdez, Maloina, Leninha, Silvia, Loireni, Eni.
Moderadora: Maria Berenice Godinho Delgado(Didice).

Tema 3-Grupo 3

Participantes: Nereuza, Maria José, Ângela Borba, Rai, Lívia, Fátima, Tânia, Dirce, Ana Maria, Najla, Helena, Célia, Maria Ilma, Eliane.
Moderadora: Maria Auxiliadora Freitas Reis (Dora).

Tema 4 - Grupo 4

Participantes: Marinete Merss, Maria Diva, Joana D'Arc, Luzia, Conceição, Nair Jane, Leila, Cristina, Lucimar, Horina, Cida, Elaine, Dilma, Márcia, Gláucia.
Moderadora: Flora Lúcia Marin de Oliveira

Os painéis apresentados a seguir são resultados das discussões dos grupos 1, 2 e 4 sobre o **Tema Geral: Como construir um ponto de vista de gênero na visão geral da política municipal**, a partir das perguntas:

1. Que iniciativas devemos desenvolver para inserir o ponto de vista de gênero na política municipal ?
2. Quais devem ser as características de um organismo municipal responsável pelas políticas de gênero?

Tema: Como Construir um Ponto de Vista de Gênero na Visão Geral da Política Municipal
Que iniciativas devemos desenvolver para inserir o ponto de vista de gênero na política municipal?

GRUPO 1

- ◆ Ter órgão próprio para propor, contribuir na implementação e avaliar as iniciativas;
- ◆ Demonstrar com dados e denúncias as dificuldades específicas das mulheres;
- ◆ Já nas campanhas eleitorais chamar a atenção para esta questão na elaboração dos programas de governo;
- ◆ Garantir a nossa participação junto ao executivo e secretaria de saúde do município;
- ◆ Apresentar estatística/relatório das discriminações contra a mulher, principalmente a negra;
- ◆ Garantir junto ao executivo a incorporação de políticas específicas para às mulheres, no seu programa de governo.

Várias iniciativas

- ◆ Resgatar junto aos movimentos de mulheres suas principais reivindicações, construir propostas políticas para sua implementação;
- ◆ Despertar na comunidade a sensibilidade para a política de gênero junto aos órgãos governamentais;
- ◆ Sensibilizar todas as instâncias de governo para as desigualdades de gênero;
- ◆ Realizar uma preparação dos(as) candidatos(as), nas campanhas eleitorais, com tal olhar.

GRUPO 2

- ◆ A partir de um fórum de discussão das mulheres, elaborar projetos ou pesquisas;
- ◆ Organizando reuniões com grupos que já trabalham a questão;
- ◆ Convocar os grupos de mulheres e formar um fórum de discussão;
- ◆ Inserir a discussão de gênero e políticas públicas no movimento de mulheres;
- ◆ Discutir a importância, com os companheiros nas instâncias do Partido;
- ◆ Trabalhar a questão com força no período eleitoral, principalmente no partido;
- ◆ Avaliar experiências de tentativa garantindo o programa de governo;
- ◆ Garantir resolução deste encontro;
- ◆ Fixar 0,25% do orçamento de cada secretaria para implantar política do conselho e com fiscalização da execução pelo PES;
- ◆ Formação de grupos de trabalho (nos moldes do orçamento participativo) em cada Secretaria para discutir e implantar a política de gênero;
- ◆ Garantir a participação de mulheres a partir de Projetos Educacionais no Município;
- ◆ Articular participação das mulheres em todas áreas de administração;
- ◆ Realizar seminários sobre gênero e políticas públicas com os diversos setores da administração municipal (também Etnia e Raça);

Grupo 3

- ◆ Fazendo um diagnóstico da situação das mulheres;
- ◆ Ter um diagnóstico mínimo da realidade municipal;
- ◆ Localizar os espaços que indiquem subalternidade;
- ◆ Conscientizar a mulher sobre a importância de sua participação;
- ◆ Organizar feiras específicas do tema na rua, ao mesmo tempo está organizando a população;
- ◆ Convocar um fórum de debates sobre o tema envolvendo setores da sociedade;
- ◆ Fazer reuniões nos bairros com mulheres não organizadas;
- ◆ Reunir as companheiras de todos os segmentos (raça, etnias, brancas) e começar a discutir;
- ◆ Dar condições de participação às mulheres;
- ◆ Levar idéias para que as mulheres se conscientizem;
- ◆ Organizar os grupos;
- ◆ Criando um organismo no poder público;
- ◆ Garantir a formação de um organismo responsável, no governo;
- ◆ Criação de um conselho, secretaria ou... para encaminhar as decisões que os grupos decidiram.

GRUPO 4

- ◆ Compor o governo com mulheres comprometidas com a questão do gênero;
- ◆ Manter sua visão de mulher sobre o mundo;
- ◆ Conhecer estatísticas do município em todos os aspectos;
- ◆ Garantir a participação de Políticas Sociais;
- ◆ Criar um organismo que planeje, implemente e articule uma política de gênero ;
- ◆ Identificar pontos estratégicos de atuação;
- ◆ Investigar, adequar meios de comunicação aos agentes de influência para a prática;
- ◆ Elaborar propostas de gênero que contemplem as políticas da administração municipal;
- ◆ Articular o movimento de mulheres, as APMs, (Associação de Pais Mestres), os clubes de mães visando obter subsídios para uma política de gênero;
- ◆ Sensibilizar o conjunto do funcionalismo;
- ◆ Ocupar os espaços de poder e decisão no governo local;
- ◆ Implantar no formulário do IPTU o quesito sexo;
- ◆ Incluir quesito etnia, raça;
- ◆ Ampliar a participação das mulheres na elaboração dos orçamentos;
- ◆ Criar mecanismos institucionais que atendam às especificidades do gênero;
- ◆ Contribuir para ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão;
- ◆ Deixar claro o conceito de gênero;
- ◆ Sensibilizar o(a) candidato(a) a Prefeito(a) e os candidatos a vereadores;
- ◆ Elaborar propostas específicas de gênero para os candidatos a vereador.

Plano de governo

- ◆ Participar da elaboração do Plano de Governo Local;
- ◆ Incluir no Plano de Governo propostas de políticas voltadas às mulheres;
- ◆ Envolver os movimentos de mulheres nas discussões de elaboração do plano;
- ◆ Convencer os responsáveis pelo plano de que a cidade é para homens, mulheres e crianças;
- ◆ Incentivar os candidatos a estar destacando a questão de gênero nos planejamentos.

Convencimento para a questão de gênero

- ◆ Convencer a equipe de governo da importância de projetos específicos para o gênero;
- ◆ Sensibilizar pessoas com poder de decisão;
- ◆ Inserir essa discussão nas diversas secretarias e organismos a nível de governo;
- ◆ Realizar oficina de sensibilização com o secretariado.

Propostas de ações

- ◆ Fazer um projeto que incorpore todo o setor da administração na discussão do gênero.
Quais devem ser as características de um organismo municipal responsável pelas políticas de gênero?

GRUPO 1

- ◆ Ter instâncias de participação do movimento de mulheres sem abrir mão de sua responsabilidade de governo;
- ◆ Equipe profissional afinada, ou preparada nas questões relacionadas a gênero;
- ◆ Ter autonomia administrativa e verba própria;
- ◆ Ter status de secretaria para que com respaldo possa interferir na aplicação das políticas;

- ◆ Atuar no combate à discriminação de gênero junto à sociedade (campanhas, seminários, publicações etc...);
- ◆ Estabelecer parcerias com órgãos e entidades da sociedade civil;
- ◆ Intercâmbio com todas as outras secretarias, numa proposta de trabalho conjunto.

GRUPO 2

- ◆ Capacidade de articulação e proposição de políticas para o conjunto da administração;
- ◆ Ter articulação com todas as outras secretarias/departamentos;
- ◆ Deve ser capaz de propor políticas de gênero integradas com política geral da prefeitura e todas as secretarias;
- ◆ Estar articulada com todas as secretarias da administração;
- ◆ Deve inserir a questão gênero nas diversas áreas do governo (trabalho conjunto);
- ◆ Interfaces com as demais secretarias;
- ◆ Articulador dos demais setores na administração, influenciando com abordagem de gênero;
- ◆ Ter dotação própria para ser independente;
- ◆ Estar incluindo no orçamento municipal; verba prevista em orçamento para as atividades;
- ◆ Ter um espaço financeiro voltado para o mesmo;
- ◆ Ter dotação orçamentária própria; estar voltada, para um projeto financeiro, para não ficar só no discurso;
- ◆ Dar resposta aos movimentos organizados;
- ◆ Ser amigo e companheiro;
- ◆ Ter autonomia administrativa;
- ◆ Ser acompanhado por mulheres determinadas e seguras;
- ◆ Garantir participação dos diferentes grupos femininos;
- ◆ Ter representação democrática;
- ◆ Garantir a participação popular;
- ◆ Garantir a participação de todos os seguimentos ou camadas sociais;

GRUPO 4

Recomendações

- ◆ Cumprir os objetivos;
- ◆ Ser honesto, trabalhador e competente.

Organismo com status de secretaria, com autonomia administrativa e orçamentária.

- ◆ Organismo com independência financeira;
- ◆ Com autonomia administrativa e financeira;
- ◆ Ter verbas e poder de decisão para implementar estas políticas;
- ◆ Orçamento próprio garantido em Lei;
- ◆ Com toda estrutura e capacitação técnica necessária para realizar o objetivo ou seja uma Secretaria.

Várias características

- ◆ Ter autonomia política;
- ◆ Organismo com poder político;
- ◆ Deve ter poder;
- ◆ Ser envolvido com os diferentes grupos de mulheres do município;
- ◆ Planejar e articular as políticas de gênero;
- ◆ Ter assento nas reuniões do secretariado;
- ◆ Com poder de decisão;
- ◆ Articulador da política de gênero com outras secretarias;
- ◆ Divulgar por cartilhas todos os itens da Lei Orgânica do município sobre os direitos e deveres de homens, mulheres e crianças;
- ◆ Autonomia de gerenciamento e poder igual às secretarias;
- ◆ Um organismo que seja transparente, competente e eficiente.

Observação da plenária

- ◆ Considerar a questão de diferença entre os secretários - 1º e 2º

As próximas páginas nos mostram o trabalho desenvolvido pelo Grupo 1, Tema 1: *Como pensar políticas dirigidas à saúde integral da mulher*, com as perguntas:

1. Que políticas o governo municipal pode desenvolver na área de saúde das mulheres, considerando a necessidade de atendimento de massa?
2. Quais são as propostas de atuação para atender essas prioridades?

GRUPO 1

Tema: Como Pensar Políticas Dirigidas à Saúde Integral Da Mulher

Que políticas o governo municipal pode desenvolver na área de saúde das mulheres, considerando a necessidade de atendimento de massa? Quais são as propostas de atuação para atender essas prioridades?

- I. **Desenvolvimento de programas e campanhas específicas**
Desenvolver campanhas publicitárias dos serviços, sua importância e acesso.
Campanhas esclarecedoras/ preventivas de combate ao câncer e as DST's
Garantir o acesso das mulheres a programas específicos o mais perto possível de suas moradias.
- II. **Sistema de informação em saúde**
Criação de um programa específico para as mulheres na menopausa e 3ª. idade.
Desenvolvimento de um programa educativo de prevenção de DST e de contracepção.
Observação da plenária: Inclusão de programa de orientação à adolescente com relação a gravidez e Aids (DST)
- III. **Melhoria da qualidade de assistência ao parto**
Introdução do quesito cor nos formulários de atendimento, pois, teremos como diagnosticar incidência de doenças étnicas
Registro e relatório do atendimento dos casos de violência doméstica
Criar mecanismos de atendimento à gestante de baixa faixa etária e orientá-la no sentido de ter um melhor acompanhamento mãe/bebê.
Definir metas de redução das taxas de cesárea ao longo da gestão.
Criar comitês de vigilância do óbito materno com representação da sociedade civil.
- IV. **Política de atendimento aos casos de aborto**
Atendimento humanizado das complicações do aborto na rede pública. Implantar na rede pública municipal o atendimento aos casos de aborto previstos em lei.
- V. **Qualificação dos profissionais no atendimento à mulher**
Ter centros de atendimento e profissionais qualificados para atender à mulher.
Sensibilizar e preparar os profissionais de saúde no atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero.
Formar e empregar progressivamente parteiras/obstetrias para pré-natal e parto normais.
Observação da plenária: Que um atendimento especial à mulher em caso de estupro seja feito em um dos postos de saúde da rede pública.
- VI. **Política de atenção à saúde reprodutiva**
Planejamento familiar.
Possibilitar à população feminina do município o acesso a métodos contraceptivos não nocivos à saúde da mulher.
- VII. **Implantação do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher).** A seguir, a transcrição dos painéis do Grupo 2, Tema 2: *Como pensar políticas de trabalho dirigidas às mulheres no âmbito municipal*, a partir das perguntas:
 1. Que políticas dirigidas às mulheres o governo municipal pode desenvolver na área?
 2. Quais são as propostas de atuação para implementar essas políticas?

GRUPO 2

Tema: Como Pensar Políticas De Trabalho Dirigidas Às Mulheres No Âmbito Municipal

1) Que políticas dirigidas às mulheres o governo municipal pode desenvolver na área de trabalho?

Profissionalização

- ◆ Financiar projeto de capacitação profissional;
- ◆ Oferecendo cursos de capacitação profissional;
- ◆ Incentivar e promover capacitação profissional para as mulheres;
- ◆ Criar, ou fazer convênios para cursos com classes só de mulheres nas áreas tradicionalmente masculinas;
- ◆ Treinamento para capacitação profissional através de convênios com universidades, Sesc, Senai, ou órgãos próprios;
- ◆ Capacitação das mulheres para disputar, em condições iguais aos do homem, o mercado de trabalho;
- ◆ Formação profissional não sexista de mulheres (no tipo de curso);
- ◆ Profissionalização das mulheres (não apenas em áreas consideradas "femininas").

Fiscalização

- ◆ Fiscalizar a política empresarial no acesso ao trabalho da mulher;
- ◆ Fiscalizar a aplicação pelas empresas da lei de creches e berçários.

Observação da plenária:

- ◆ Município faz convênio com DRT para fiscalizar condições de trabalho e discriminação;
- ◆ Exigir dos órgãos competentes a fiscalização da legislação trabalhista.

Financiamento e crédito

- ◆ Pequenos financiamentos que consigam atender toda a cadeia produtiva, adequados às necessidades do município;
- ◆ Conseguir financiamento para micro/pequenas empresas (para mulheres);
- ◆ Negociar com iniciativa privada oferta empregos para mulheres, e linhas de créditos para pequenas empresas dirigidas por mulheres.

Observação da plenária:

- ◆ Município deve usar de prerrogativa de concessão de alvará para fiscalizar empresas que discriminam.

Geração de renda

- ◆ Criar mecanismos de regulação de mercado visando garantir a comercialização dos produtos das cooperativas;
- ◆ Incentivar a formação de geração de renda alternativa (ex.: cooperativa, lavanderia etc.);
- ◆ Formação de grupos de geração de renda;
- ◆ Financiar projetos de geração de renda.

Outros

- ◆ Criação de equipamentos sociais que possibilitem a saída da mulher do espaço doméstico;
- ◆ Criar o Posto de Saúde da Trabalhadora;
- ◆ Saúde, educação e espaço na decisão municipal.

2) Quais são as propostas de atuação para implementar essas políticas?

Equipamentos coletivos

- ◆ Creches;
- ◆ Restaurantes vinculados à Companhia de Abastecimento Municipal;
- ◆ Priorizar (e muito) a ampliação da rede de creches e educação infantil;
- ◆ Construção de lavanderias e restaurantes populares nos locais apropriados para atender à demanda;
- ◆ Cooperativas (costura, alimentação);
- ◆ Lavanderias e restaurantes para atender às necessidades da família;
- ◆ Comercialização direta com pequenos produtores rurais e comunidades, via convênio com prefeitura;
- ◆ Lavanderias e restaurantes populares nos bairros;
- ◆ Criação de feiras que facilitem a participação dos núcleos familiares;
- ◆ Lavanderias públicas;
- ◆ Ter cooperativa que proteja a mulher em todo sentido;
- ◆ Mercado público de abastecimento.

Profissionalização

- ◆ Convênio com universidade para treinamento de professoras. Convênio com Sesc/Senai para operárias da construção civil para especialização;
- ◆ Campanhas educativas para desmistificação de profissões para mulheres e homens;
- ◆ Garantir parceria com Senai/Senac para formação profissional;
- ◆ Erradicar o analfabetismo feminino através de convênios com órgãos competentes;
- ◆ Técnicos da Adm. Municipal à disposição para desenvolver capacitação;
- ◆ Convênios com entidades especializadas em diversas áreas para formação de cursos;
- ◆ Criar curso profissionalizante remunerado;
- ◆ Identificar capacidade de assimilação das futuras profissionais no mercado;
- ◆ Convênios com Universidade;
- ◆ Garantia da participação das portadoras de deficiências físicas nos cursos profissionalizantes. Número de vagas estipuladas em concursos públicos;
- ◆ Atenção a programas de profissionalização para mulheres adolescentes;
- ◆ Nas instituições de cursos profissionalizantes municipais, garantir cotas das mulheres em todos os cursos administrados.

Geração de renda

- ◆ Criar banco de fomento;
- ◆ Criar um conselho municipal para geração de renda;
- ◆ Levantamento do número de desempregadas por área para criação de empregos;
- ◆ Convênio com bancos públicos ou orçamento próprio para cooperativa de mulheres na criação de frangos e comercialização dos produtos;
- ◆ Financiamento e acompanhamento de pequenas cooperativas;
- ◆ Facilitar acesso das mulheres para financiamentos de projetos (ex.: criar o banco das mulheres);
- ◆ Viabilizar um orçamento próprio para a formação;
- ◆ Criar projetos que visem a profissionalização de médio prazo das mulheres;
- ◆ Mercado público de abastecimento;
- ◆ Garantir acompanhamento técnico e financiamento aos grupos de geração de renda;
- ◆ Formar cooperativas conforme as frentes de trabalho existentes;
- ◆ Cooperativa de bairro específica só para mulheres;
- ◆ Linhas de crédito para produtos rurais e urbanos de melhor comercialização;
- ◆ Criar mecanismos de regulação de mercado visando garantir a comercialização dos produtos das cooperativas;
- ◆ Parceria entre administração municipal e iniciativa privada (Banco Popular);
- ◆ Linhas de crédito municipal previstas na LDO e orçamento anual, via secretaria municipal de indústria e comércio ou órgão afim;
- ◆ Dar condições de se iniciar negócios próprios.

Observação da plenária:

- ◆ Fiscalização das linhas de crédito que excluem as mulheres e suas associações;
- ◆ Nos contratos de prestação de serviços, garantir participação na concorrência de firmas de mulheres;
- ◆ Nos projetos habitacionais municipais devem inserir espaço para mulheres na área comercial.

As páginas que seguem apresentam o trabalho desenvolvido pelo **Grupo 3 - Tema 3: Como pensar políticas municipais de educação infantil**, com as perguntas:

1. Que políticas de atendimento à educação da criança o governo municipal pode desenvolver?
2. Quais são as propostas de atuação para implementar essas políticas?

GRUPO 3

Tema: Como Pensar Políticas Municipais De Educação Infantil

1) Que políticas de atendimento à educação da criança o governo municipal pode desenvolver?

0 - 6 anos

- ◆ Criar e/ou ampliar rede pública de creches e pré-escola;
- ◆ Regulamentar política de conveniamento de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
- ◆ Fiscalizar creches conveniadas;
- ◆ Combater as políticas de "mãe crecheira";
- ◆ As creches devem estar inseridas no sistema educacional;
- ◆ Elaborar e implementar política de formação de profissionais para trabalhar com crianças de 0 a 6 anos;
- ◆ Política orçamentária destinada à educação da criança de 0 a 6 anos;
- ◆ Oficinas para a comunidade junto às creches objetivando compreensão da educação infantil;
- ◆ Garantir propostas de educação não sexistas e não racistas;
- ◆ Elaborar e implementar políticas de atendimento aos meninos e meninas de rua, segundo o ECA;
- ◆ Proporcionar a formação dos profissionais de educação, levando em conta conteúdos não sexistas e não racistas;
- ◆ Tratar a questão do trabalho infantil;
- ◆ Assegurar a formação e funcionamento dos conselhos municipais criança e adolescente, assistência social, educação e conselhos tutelares.

7 - 14 anos

- ◆ Políticas que garantam acesso e permanência na escola, eliminando mecanismos seletivos e discriminatórios;
- ◆ Assegurar os 8 anos de escolaridade;
- ◆ Criar programa de renda mínima, vinculado à educação;
- ◆ Garantir acesso à escola em período integral ou programas de educação complementar.

0 - 14 anos

- ◆ Garantir atendimento especializado às crianças portadoras do HIV;

- ◆ Não concessão de alvarás para empresas que não cumpram a legislação de creche;
- ◆ Criar programas de prevenção ao uso de drogas;
- ◆ Atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais;
- ◆ Criar programas de educação sexual.

Observações da plenária:

- ◆ Humanização do espaço físico da escola, inclusive com espaço para cultura e esporte;
- ◆ Exigir o fim do "turno da fome" (2 horas e meia apenas de aula);
- ◆ Tratar da questão de casa abrigo para crianças e adolescentes vítimas de violência.

2) Quais são as propostas de atuação para implementar essas políticas?

Criar e/ou ampliar rede pública de creches e pré-escolas.

- ◆ Política orçamentária destinada à educação de 0 a 6 anos;
- ◆ Elaborar estudos de demanda e necessidades, que subsidiem planejamento de expansão, evitando reforçar ou aprofundar desigualdades sociais, raciais e de gênero;
- ◆ Garantir que os requisitos da legislação sobre creche sejam respeitados.

Políticas que garantam acesso e permanência na escola, eliminando mecanismos seletivos e discriminatórios.

- ◆ Criar programa de renda mínima, vinculado a educação;
- ◆ Garantir propostas de educação não sexistas e não racistas;
- ◆ Garantir acesso à escola em período integral ou a programas complementares à escola;
- ◆ Proporcionar formação continuada aos profissionais da educação.

E as páginas finais nos mostram o resultado obtido pelo **Grupo 4, Tema 4: Como pensar políticas de prevenção e atendimento à violência que atinjam o conjunto das mulheres e atuem em mudanças de comportamento**, a partir das perguntas:

1. Que políticas de *prevenção* à violência contra a mulher o governo municipal pode desenvolver?
2. Que políticas de *atendimento* à violência contra a mulher o governo municipal pode desenvolver?
3. Quais são as propostas de atuação para implementar essas políticas? (neste caso, o grupo optou por priorizar e trabalhar somente três políticas)

GRUPO 4

Tema: Como Pensar Políticas de Prevenção e Atendimento à Violência que Atinjam o Conjunto das Mulheres e Atuem em Mudanças de Comportamento

1) Que políticas de prevenção à violência contra a mulher o governo municipal pode desenvolver?

- ◆ Implementar campanhas de multimídia;
- ◆ Realizar campanhas nos meios de comunicação contra a violência;
- ◆ Campanhas educativas nos MEM;
- ◆ Desenvolver políticas compensatórias que favoreçam às mulheres enquanto cidadãs;
- ◆ Discussão imediata sobre a qualidade de vida das mulheres;
- ◆ Criar programas que conscientizem e amparem a mulher contra a violência;
- ◆ Segurança e esclarecimento sobre cidadania;
- ◆ Participar no conjunto do plano nacional de políticas contra violência infantil;
- ◆ Levar proposta para que a segurança pública seja unificada;
- ◆ Reconhecer o direito das mulheres como direitos humanos;
- ◆ Garantia dos direitos da cidadania das mulheres (educação);
- ◆ Realizar atividades que valorizem o papel da mulher como cidadã;
- ◆ Desenvolver campanhas junto às mulheres em relação a sua auto-estima e autodefesa;
- ◆ Realizar campanhas contra a violência com ampla divulgação;
- ◆ Implementar programas de educação que discutam a questão da violência contra a mulher;
- ◆ Fazer um trabalho de conscientização nas escolas;
- ◆ Proporcionar condições de formação para as mulheres;
- ◆ Fiscalização do setor privado e público com punição para empresas coniventes com a violência;
- ◆ Ações conjuntas de várias secretarias de prevenção à violência, junto à população;
- ◆ Eliminar todas as formas de violência;
- ◆ Cobrar dos órgãos de segurança pública uma atuação eficiente.

Conscientizar as mulheres sobre os seus direitos.

- ◆ Campanhas educativas sobre o que é a violência e o que fazer caso ocorra.

Elaborar e implementar um projeto preventivo de segurança.

- ◆ Elaborar projetos no setor de obras, que visem a prevenção a violência. (Ex.: iluminação, terrenos limpos etc.);
- ◆ Ampliação da iluminação pública e restrição de locais "perigosos" (terrenos baldios etc.)

Condições de trabalhos para todas as mulheres sem discriminação

- ◆ Garantir projetos de renda e emprego para mulheres;
- ◆ Garantir às mulheres poder aquisitivo.

2) Que políticas de atendimento à violência contra a mulher o governo municipal pode desenvolver?

- ◆ Aliança inter-setorial das secretarias do município para atender às questões de violência;
- ◆ Relacionar com as outras secretarias municipais, na perspectiva da implantação de política pública de gênero;
- ◆ Desenvolver parcerias, contratos, intercâmbio com as ONGs ou empresas/movimento feministas formadoras nas questões relativas as mulheres;
- ◆ Firmar convênio com entidades que atuam na área.

Criar programa de capacitação de profissionais para atendimento à mulher vítima de violência.

- ◆ Ter profissionais capacitados nos postos de saúde do município;
- ◆ Capacitar os profissionais da área de saúde e educação no atendimento às mulheres e crianças vítima de violência;
- ◆ Pessoas em condição de atendimento a mulher;
- ◆ Capacitar profissionais para atender as vítimas de violência nos hospitais do município.

Várias políticas

- ◆ Criar abrigo para a mulher e seus filhos em situação de violência;
- ◆ Exigir junto ao governo estadual a criação de Delegacia de Defesa da Mulher;
- ◆ Atendimento específico à mulher vítima de violência na rede pública de saúde;
- ◆ Avaliação semestral das ações realizadas no setor segurança;
- ◆ Exigir nas delegacias das mulheres profissionais qualificados sob a questão de gênero e a presença de profissionais mulheres;
- ◆ Denunciar os casos de violência e exigir punição aos órgãos competentes;
- ◆ Criar um "centro de defesa da mulher" com amparo médico e jurídico;
- ◆ Criar programa de atendimento jurídico e psicológico à mulher vitimada;
- ◆ Implantar Centros de Referência de Atendimento à Mulher com advogadas, psicólogas, assistentes sociais;
- ◆ Criação de "Casas de Referência" para mulheres prostitutas com serviços que garantam a cidadania;
- ◆ Cobrar do governo do estado a capacitação dos policiais para o atendimento à mulher;
- ◆ Ter uma polícia educada;
- ◆ Atendimento jurídico e psicológico nos centros de referência e nas casas abrigo.

Observações da plenária:

- ◆ Realizar atendimento as mulheres nos centros de referência . Mulheres sem o boletim de ocorrência(BO);
- ◆ controle sobre os conteúdos e práticas sexistas das peças publicitárias e eventos;
- ◆ Prioridade para implantação do centro de referência do atendimento às mulheres vítima de violência;
- ◆ Que na parceria com o Estado na implantação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher seja garantido o funcionamento à noite e finais de semana.

3) Quais são as propostas de atuação para implementar essas políticas?

Criar abrigo para a mulher e seus filhos em situação de violência

- ◆ Atendimento e acompanhamento de psicólogos e terapeutas clínicos;
- ◆ Ter locais adequados e estruturados;
- ◆ Criar atendimento jurídico;
- ◆ Pessoas capacitadas para este trabalho politicamente;
- ◆ Elaboração de um diagnóstico que revele a situação de violência no município;
- ◆ Parceria com setores do governo que trabalhem com geração de renda/emprego;
- ◆ Maior desempenho de profissionais sem pensar na remuneração acima de tudo;
- ◆ Que estes abrigos proporcionem algum trabalho para as mulheres enquanto estiverem hospedadas;
- ◆ Reunir com representantes da prefeitura e movimento de mulheres para elaborar o Projeto da Casa;
- ◆ Designar uma equipe técnica multifuncional;
- ◆ Transformar o projeto em lei municipal com repasse de verbas para o funcionamento e atendimento;

- ◆ Criar neste abrigo projeto que pense na formação e informação para as mulheres;
- ◆ Pesquisar a demanda e estabelecer a capacidade de atendimento;
- ◆ Conscientização da população sobre a importância da Casa Abrigo;
- ◆ Relacionar com fundações educativas e creches para o atendimento ao agressor;
- ◆ Contratar profissionais que se identifiquem e tenham prazer com o trabalho;

Criar programa de capacitação de profissionais para atendimento de mulheres vítimas de violência

- ◆ Realizar levantamento de dados, diagnóstico e perfil sobre a situação de violência contra a mulher;
- ◆ Cursos de aperfeiçoamento constantemente para estes profissionais;
- ◆ Inserir nos projetos de capacitação das diversas secretarias temas sobre a opressão e violência contra as mulheres;
- ◆ Utilizar metodologias feministas e construtivista no processo ensino/aprendizagem;
- ◆ Estabelecer parcerias com entidades afins e que já têm experiência acumulada;
- ◆ Nos cursos e treinamentos realizados para secretarias municipais e RDH, contenha violência de gênero, nos conteúdos apresentados;
- ◆ Realizar seminários, oficinas, cursos abordando a questão da violência;
- ◆ Ampliar na capacitação, estágios nos órgãos públicos e entidades que realizam esse trabalho;
- ◆ Ter semanalmente: aulas terapêuticas com profissionais adequados;
- ◆ Definir conteúdo e metodologia do treinamento;
- ◆ Identificar os tipos e as formas de violência que existem;
- ◆ Realizar cursos e seminários com setores da segurança pública (polícia civil, PM) - convênios.

Elaborar e implementar um projeto preventivo de segurança

- ◆ Realizar convênios com universidades/instituições públicas estaduais, na incorporação das políticas públicas de gênero da área de direito;
- ◆ Exigir que os terrenos baldios sejam murados por seus proprietários;
- ◆ Permitir, no horário noturno, nos bairros, a parada dos ônibus em qualquer ponto;
- ◆ Buscar informações sobre o curso de promotoras legais (experiência grupo Themis e União de Mulheres de São Paulo);
- ◆ Melhorar a periodicidade e itinerários dos transportes urbanos (particularmente à noite);
- ◆ Aprovar projetos habitacionais (habite-se) somente nos casos que a iluminação esteja garantida nas ruas afins;
- ◆ Criar a guarda municipal;
- ◆ Capina periódica dos entornos das escolas, pontos de ônibus;
- ◆ Pontos de ônibus bem iluminados e em lugares mais movimentados (próximo a residências e comércios);
- ◆ Realizar campanhas para diminuir o número de terrenos baldios e lotes vagos no município;
- ◆ Ter postos policiais próximos as escolas que funcionam a noite;
- ◆ Mapear os locais onde a violência é mais visível visando ações preventivas;
- ◆ Dialogar com o governo estadual - secretaria. de segurança pública, na execução de projetos de capacitação gênero e raça para os(as) profissionais de segurança pública;
- ◆ Implementar a questão da discriminação racial em relação a violência de gênero e segurança.

Observações de temas gerais que surgiram na plenária

- ◆ Sandra Starling pede que todas as sugestões a nível federal sejam encaminhadas a ela;
- ◆ Acidente de trabalho prevê efeitos sobre trabalho profissional e doméstico;
- ◆ Considerar a incapacidade advinda de acidente de trabalho, que prejudique e impeça o exercício de atividade doméstica (nível federal);
- ◆ Denúncia e mobilização contra o projeto do governo de precarização dos contratos de trabalho;
- ◆ Criar centro de instrução de defesa pessoal;
- ◆ Tornar inafiançável o crime por incentivo e agenciamento da prostituição infantil.